

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL**

KARINE FRANCIELE DA SILVA ALVES

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**ESTUDO DE CASO: PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE COLETA
SELETIVA NA ASSOCIAÇÃO MEDIANEIRENSE DE OTIMIZAÇÃO DA
APRENDIZAGEM – AMOA NO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA**

**MEDIANEIRA
2011**

KARINE FRANCIELE DA SILVA ALVES

**ESTUDO DE CASO: PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE COLETA
SELETIVA NA ASSOCIAÇÃO MEDIANEIRENSE DE OTIMIZAÇÃO DA
APRENDIZAGEM – AMOA NO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à disciplina de Trabalho de Diplomação, do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da Universidade Tecnológica Federal do Paraná– UTFPR, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo.

Orientadora: Prof^ª. Msc. Dayse Grassi.

Co – Orientador: Prof^º. Dr. Rafael Arioli

**MEDIANEIRA
2011**



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Gerência de Ensino
Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão
Ambiental



TERMO DE APROVAÇÃO

ESTUDO DE CASO: PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE COLETA SELETIVA NA ASSOCIAÇÃO MEDIANEIRENSE DE OTIMIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM – AMOA NO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

Por
Karine Franciele da Silva Alves

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi apresentado às 17 h do dia 23 de Novembro de 2011 como requisito parcial para a obtenção do título de Tecnólogo no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho 9,5.

Prof.^a *M.Sc.* Dayse Grassi
UTFPR – Câmpus Medianeira
(Orientadora)

Prof.^o *Dr. Rafael Arioli*
UTFPR – Câmpus Medianeira
(Co-Orientador)

Prof.^a *Dr. Michelle Budke Costa*
UTFPR – Câmpus Medianeira
(Convidado)

Prof. *M.Sc.* Paulo Bittencourt
UTFPR – Câmpus Medianeira
(Responsável pelas atividades de TCC)

DEDICATÓRIA

“Cada um tem de mim exatamente o que cativou, e cada um é responsável pelo que cativou, não suporto falsidade e mentira, a verdade pode machucar, mas é sempre mais digna. Bom mesmo é ir à luta com determinação, abraçar a vida e viver com intensidade. Perder com classe e vencer com ousadia, pois o triunfo pertence a quem mais se atreve e a vida é muito para ser insignificante. Eu faço e abuso da felicidade e não desisto dos meus sonhos. O mundo está nas mãos daqueles que tem coragem de sonhar e correr o risco de viver seus sonhos. Pessoas com energia positiva e alto astral são sempre bem vindas e que não existe coisa melhor no mundo do que viver, curtir e gozar a vida, que passa rápido e daqui não levaremos nada, a não ser toda a experiência e as amizades.”
(Charles Chaplin)

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus pela força e pela garra depositada em mim, depois a minha mãe e meu pai pelo incentivo, amor, paciência, e carinho. A eles dedico todo meu trabalho, pois por eles sigo sempre adiante, e por eles sinto um imenso amor.

Agradeço a minha irmã pelo apoio e paciência, pelas brigas e pelo amor que sabemos ter uma pela outra. Agradeço as minhas amigas e comadres Jaqueline e Jocasta pelos momentos de descontração, por esperarem por mim, por estarem sempre presente quando precisava e por simplesmente me trazerem felicidade.

Ao meu namorado, noivo e agora marido, Volnei Alves pela presença em minha vida. Pelo apoio e paciência. Pelo incentivo a mim prestado e por me encorajar sempre. Por estar comigo do começo ao fim da vida universitária.

Agradeço de uma forma muito especial aos meus queridos professores orientadores, Dayse Grassi e Rafael Arioli, pelo apoio, incentivo e paciência, muito obrigada.

A Elenisse Delazari Valerio, diretora da AMOA por abrir esse espaço e por sempre me apoiar quando precisei, também pela paciência, pelo seu tempo em mim depositado.

Aos meus colegas de trabalho pela compreensão, por não brigarem pelas minhas escapadas do trabalho, principalmente a Cladi, que antes de tudo é minha mãe pelo apoio, não deixando de me ajudar sempre que possível.

Enfim, agradeço a todos pelo apoio, força e carinho passados a mim direta ou indiretamente.

RESUMO

ALVES, Karine Franciele da Silva. **Estudo de caso: percepção ambiental de coleta seletiva na Associação Medianeirense de Otimização da Aprendizagem – AMOA no município de Medianeira**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Medianeira, 2011.

A implantação de um sistema de coleta seletiva é uma grande e importante estratégia que envolve benefícios ambientais, sociais e econômicos, principalmente quando se trata disso com os portadores de necessidades especiais. Neste contexto, o presente estudo teve como objetivo a pesquisa, o levantamento e a análise de dados do sistema de coleta seletiva na AMOA - Associação Medianeirense de Otimização da Aprendizagem no município de Medianeira, região oeste do estado do Paraná. A pesquisa teve como objeto de estudo os alunos de 5^a. a 8^a. séries e ensino médio completo, com atendimento extra-curriculares em contra turno na associação, tendo como tema abordado a percepção ambiental dos alunos. A metodologia utilizada contemplou o levantamento, coleta e análise de dados por meio de questionários que demonstraram a percepção e o conhecimento dos alunos em que estes respondiam se são adeptos ou não do sistema de coleta seletiva e ainda, a forma de separação e destinação final dos resíduos gerados na escola. Observou-se grande preocupação por parte dos alunos com relação ao acondicionamento e disposição final dos resíduos sólidos e nota-se que os mesmos estão dispostos a contribuir para melhorias contínuas desse meio.

PALAVRAS-CHAVE: Coleta Seletiva. Educação Especial. Percepção Ambiental.

ABSTRACT

ALVES, Karine Franciele da Silva. **Case Study: environmental perception of selective collection in the Association of Learning Medianeireense Optimization - AMOA in the city of Mediatix.** 2011. Completion of course work. Federal Technological University of Parana. Mediatix 2011.

The implementation of a selective collection system is a large and important benefits strategy that involves environmental, social and economic, especially when it comes to it with special needs. In this context, this study aimed to research, survey and analysis of the system of selective collection in amoA - Association Medianeireense Optimization of Learning in the city of Mediatix, the western region of Paraná state. The research had as its object of study, students from the 5th. the 8th. series and finished high school, with attendance in extra-curricular shift against the association, with the theme addressed the environmental perception of the students. The methodology used considered the survey, collect and analyze data through questionnaires showed that the perception and knowledge of students responded that they are fans or not the system of selective collection and also a form of separation and disposal of waste generated in the school. There was great concern among students about the packaging and final disposal of solid waste and note that they are willing to contribute to continuous improvement of the medium.

KEYWORDS: Selective Collection. Special Education. Environmental Perception.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Medianeira e seus municípios vizinhos.	25
Figura 2 - Ministrando a Palestra.....	28
Figura 3 - Reta Final da Palestra.....	28
Figura 4 - Amostra gênero de todos os alunos entrevistados.	29
Figura 5 - Amostragem de idade de todos os alunos.....	30
Figura 6 - Séries dos alunos entrevistados.	31
Figura 7 - Interesse pelas questões ambientais.....	32
Figura 8 - Realiza a coleta seletiva.	33
Figura 9 - Significado de Resíduos Sólidos e Coleta Seletiva	34
Figura 10 - Tem conhecimento das cores adequadas a cada tipo de resíduo.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estatística Descritiva.....	29
Tabela 2 - Padrão de cores.....	37

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. OBJETIVOS	13
2.1. OBJETIVO GERAL	13
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
3.1. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	14
3.1.1. As pessoas com Necessidades Especiais	16
3.2. INCLUSÃO ESCOLAR NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.....	19
3.3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	20
3.4. COLETA SELETIVA.....	22
4. METODOLOGIA	25
4.1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA	25
4.1.1. Histórico e Análise Situacional do Município de Medianeira	25
4.1.2. Histórico da Instituição de Ensino - AMOA.....	26
4.2. REALIZAÇÃO DA PESQUISA	27
4.3. PALESTRAS	27
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	29
5.1. PESQUISA E LEVANTAMENTO DE DADOS.....	29
5.1.1. Gênero	29
5.1.2. Idade	30
5.1.3. Série.....	30
5.1.4. Interesse pelas Questões Ambientais	31
5.1.5. Realiza a Coleta Seletiva	32
5.1.6. Significado de Resíduos Sólidos e Coleta Seletiva	33
5.1.7. Conhecimento das Cores Adequadas a Separação de Cada Tipo de Resíduo.....	36
5.1.8. Que medidas a seu ver devem ser tomadas em relação à coleta seletiva aqui na escola, na sua casa e no seu município	37
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40
ANEXOS	43
ANEXO I – FICHA DE PESQUISA	44

1. INTRODUÇÃO

Quando discute-se sobre inclusão, fala-se que ninguém é perfeito em tudo, que todos possuem esquisitices e dificuldades. É a partir deste ponto de vista que a inclusão vem trazendo muitas questões à tona, fazendo-nos repensar velhas ideias, formas de olhar o mundo, a nós mesmos e às pessoas a nossa volta.

Isso ocorre por várias razões, mas a principal delas é que aquilo que difere de nós assusta e causa alarde e esse susto fica mais destacado quando deparamo-nos com alguém que tenha alguma deficiência. O “medo” diminui, na medida em que se aumenta a convivência com essas pessoas, percebendo assim que todos têm habilidades e dificuldades, não importando aquilo que aparente ser.

Quando se compreende que nenhuma pessoa é igual à outra e que exatamente essa é uma das características mais fascinantes entre os humanos, já estaremos prestes a resolver tal mistério. Afinal, diferenças fazem parte da vida. Há em cada um de nós qualidades, defeitos, potencialidades, surpresas que são infindáveis e imprevisíveis.

Não basta simplesmente tornar os ambientes acessíveis. As barreiras mais difíceis de serem contornadas são as “barreiras de atitude”. É preciso que tornemos pessoas acessíveis e inclusivas, ou seja, fazendo uma revisão de atitudes, tendo como foco principal a ideia de que todas as pessoas têm direitos e deveres em uma sociedade democrática e que ninguém deve ser excluído por qualquer razão que seja.

No ambiente urbano das médias e grandes cidades, a escola, além de outros meios de comunicação é responsável pela educação do indivíduo e conseqüentemente da sociedade, uma vez que há o repasse de informações, isso gera um sistema dinâmico e abrangente a todos.

Nos dias atuais, há certo consenso cidadão em torno de alguns temas. A Educação Especial e a Educação Ambiental são exemplos neste sentido. A primeira tem em perspectiva a inclusão social, já a segunda têm em seu horizonte preocupações que vão além da preservação ambiental: trata-se de assegurar a própria sobrevivência humana na terra.

A presença crescente, na rede regular de ensino, de crianças e jovens com necessidades especiais de aprendizagem, exige, antes de tudo, uma mudança de atitude, não só dos professores, mas de toda a comunidade escolar.

Dessa forma, é preciso questionar e quebrar preconceitos, estimulando generosidade, acolhimento e respeito. Trata-se de uma questão de diversidade. E o paradigma é o da inclusão. A escola deve aperfeiçoar sua ação pedagógica, sem considerar a Educação Especial uma parte separada da Educação. Quem educa, educa todos sem exceções (BRASIL, 1999).

Embora os direitos de todos os cidadãos tenham sido bastante elaborados e proclamados em congressos e instituições internacionais, de fato não são, em geral, postos em prática. Isso evidencia a discrepância entre idealização e efetiva mudança de consciência ou paradigma geral na sociedade.

A questão da integração das pessoas com deficiência, particularmente, tem sido objeto de sérios questionamentos. Educadores, famílias e os próprios deficientes, já agora mais organizados politicamente, têm denunciado, intensivamente, que os direitos reivindicados, proclamados e garantidos nas letras de leis e recomendações internacionais são frequentemente violados.

A educação ambiental está presente em todos os aspectos de nossas vidas, pois estamos interligados ao meio em que nos cerca e em todas suas esferas: social, cultural e política.

A gestão ambiental busca unir forças para que o nosso ambiente como um todo seja melhor, não se importando com a raça, cor, ou qualquer espécie de diferença que possa haver entre pessoas, por isso a proposta de que seja feita a inclusão de portadores de necessidades especiais como um todo, em projetos de conservação e recuperação do meio ambiente.

A Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394/96) estabelecem que a educação é direito de todos, garantindo atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência.

Nesta perspectiva inclusiva da educação e sabendo-se que cerca de 14,5% da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência, torna-se imprescindível que nossa escola esteja preparada para lidar, no seu interior, com as diferenças. É preciso capacitá-la para trabalhar a unidade da diversidade.

Para tal, faz-se necessário que os profissionais da escola sejam capazes de oferecer oportunidades de atendimento educacional que prevejam as necessidades, as limitações, as potencialidades e os interesses de cada aluno, ou seja, individualizando o ensino de acordo com sua necessidade específica.

A Educação Inclusiva propõe que todas as pessoas com necessidades educacionais especiais sejam matriculadas na escola regular, baseando-se no princípio de educação para todos. A escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender a todas as crianças, sem exceção, sendo assim aberta, pluralista, verdadeiramente democrática e de qualidade.

Como diz Neri (2003), a escola deve ser um espaço para as transformações, as diferenças, o erro, as contradições, a colaboração mútua e a criatividade. Dessa forma precisa-se de uma escola que não tenha medo de arriscar, que tenha muita coragem para criar e questionar o que está estabelecido, em busca de rumos inovadores, necessários à inclusão.

A Associação Medianeirense de Otimização de Aprendizagem - AMOA é uma entidade filantrópica, não governamental, com fins educacional, cultural, científico, tecnológico, de qualificação profissional, assistência e desenvolvimento social, que atende em torno de 250 crianças e adolescentes matriculados na rede regular de ensino do município de Medianeira (municipal, estadual e particular), no período de contra-turno escolar, e busca constantemente novas alternativas de atendimento através de sua equipe multiprofissional.

O trabalho desenvolvido na AMOA é de oportunizar o acesso a um atendimento técnico especializado com equipe multiprofissional às crianças e adolescentes que apresentam dificuldades e ou distúrbios de aprendizagem, autismo, síndromes e diversas áreas de deficiências.

Com o intuito de incrementar a participação da comunidade nos aspectos relativos ao conhecimento e melhoria de seu próprio ambiente, são organizadas e incentivadas diversas atividades que envolvem o centro de atendimento especializado da AMOA. (ASSOCIAÇÃO MEDIANEIRENSE DE OTIMIZAÇÃO DE APRENDIZAGEM, 2007).

Dessa forma buscou-se realizar essa pesquisa de campo na instituição acima citada, buscando sensibilizar os alunos a respeito das questões ambientais.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Desenvolver trabalhos de inclusão ambiental com os alunos com necessidades educacionais especiais, mostrando assim os benefícios proporcionados pelo processo interdisciplinar envolvendo a Educação Especial e a Educação Ambiental, empreendido no centro de atendimento especializado da AMOA - Associação Medianeirense de Otimização da Aprendizagem.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Caracterização da Instituição de Ensino;
- b) Diagnóstico Ambiental do universo escolar;
- c) Proposta de Gestão Ambiental visando à sensibilização da comunidade escolar;

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Desde a Idade Antiga, já havia relatos de exclusão de pessoas deficientes. Em Esparta, essas crianças eram abandonadas nas montanhas. Em Roma eram atiradas aos rios e até mesmo no início da era cristã, os registros daquela época comprovam que vem de longo tempo a questão de discriminação das pessoas deficientes, por se tratarem de um risco à sociedade, conforme nos relata Mosquera (2003, *apud* MISÉS, 1977, p. 14).

Nós matamos os cães danados e touros ferozes, degolamos ovelhas doentes, asfixiamos recém-nascidos mal constituídos; mesmo as crianças se forem débeis ou anormais, nós as afogamos, não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar das partes são aquelas que podem corrompê-las.

Por toda a Idade Média, principalmente nos países europeus, os ditos deficientes eram associados à imagem do diabo, por isso eles eram perseguidos e mortos, faziam parte da classe dos excluídos, por isso deviam ser afastados do convívio social e/ou sacrificados.

Os relatos de atendimento às pessoas deficientes só ocorreram por volta do século XVI, quando a questão da diferença passou a ser vista como objeto da Medicina e não mais da Igreja, como antes. Mosquera (2003, p. 16 e 17) diz:

Devemos boa parte dos conhecimentos sobre Portadores de Deficiências a Jean Itard (1775 – 1838), que é considerado o pai da Educação Especial, que após alguns anos de recuperação de um menino portador de deficiência mental profunda, obteve um estudo sistemático de reabilitação de uma criança diferente, estabelecendo assim, as bases para a revolução da educação especial.

A luta pelos direitos de igualdade social das pessoas com deficiência é o marco inicial da inclusão escolar em nossa sociedade. Como se sabe, a maioria dos direitos conquistados por um povo remete à educação e não foi diferente nesse aspecto. Anteriormente ao século XX, à idéia de inclusão era inexistente, a maioria das pessoas sequer tinha direito e/ou condições para frequentar a escola. Mosquera (2001, p.48) afirma:

Já no século XX, o que vemos é um período de segregação social e escolar, na qual as pessoas com deficiências passam a receber assistência em centros especializados, ficando assim a sociedade protegida desses indivíduos.

Difícilmente os alunos pobres tinham contato com alunos de classes mais altas da sociedade, ou seja, a interação entre as classes mais baixas e a classe dominante era inexistente. Na segunda metade do século XX, começam a surgir as chamadas “escolas especiais” e posteriormente as classes especiais dentro das “escolas comuns”. O surgimento dessa modalidade de ensino, o que não gera uma real inclusão, criou uma “aberração” pedagógica, pois dividiu a educação em duas modalidades, indo na contramão das propostas inclusivas na qual conhecemos (MOSQUERA, 2003).

Na década de 70, as escolas comuns começam a aceitar alguns alunos deficientes em salas comuns, contanto que esse aluno conseguisse adaptar-se aos métodos de ensino impostos. Essa adaptação do aluno raramente acontecia, pois era de incumbência do mesmo. Somente no final da década de 80, após a nova Constituição Federal de 1988, é que se realizam os primeiros e verdadeiros movimentos em direção da educação inclusiva no Brasil, pois passa a existir somente um tipo de educação e esta é para todos, sem exclusão de classes sociais, raça e cor (MOSQUERA, 2003).

O marco histórico da inclusão foi em junho de 1994, com a Declaração da Salamanca Espanha, realizado pela UNESCO na Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, assinado por 92 países, que tem como princípio fundamental: "todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independente das dificuldades e diferenças que apresentem".

O Brasil é signatário de documentos internacionais que definem a inserção incondicional de pessoas com deficiência na sociedade - a chamada inclusão. Muito mais do que uma idéia defendida com entusiasmo por profissionais de diversas áreas desde 1990, a construção de sociedades inclusivas, nos mais diferentes pontos do planeta, é meta do que se poderia chamar de movimento pelos "direitos humanos de todos os humanos".

3.1.1. As pessoas com Necessidades Especiais

O mundo segundo a ONU (UNESCO) abriga cerca de 500 milhões de pessoas com deficiências das quais 80% vivem em países em desenvolvimento. Os dados do Censo de 2000 informam que 24,5 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência, o equivalente a 14,5% da população.

Os movimentos históricos marcados pela exclusão e segregação das pessoas portadoras de deficiência têm sido substituídos por propostas inclusivas. Em vez do enfoque tradicional, segundo o qual as próprias pessoas portadoras de deficiências eram tidas como responsáveis por todos os seus sucessos e fracassos, modernamente entende-se que a deficiência é um reflexo das condições culturais, econômicas e ambientais, que a provocam e a mantêm nos indivíduos.

A formulação e a implementação de políticas públicas voltadas para a integração de pessoas portadoras de deficiência têm sido inspiradas por uma série de documentos contendo declarações, recomendações e normas jurídicas produzidas por organizações internacionais e nacionais envolvidas com a temática da deficiência.

Na era da globalização, em que a competição tem marcado as relações interinstitucionais e as humanas, mais do que nunca há que se cuidar para que os direitos reconhecidos e proclamados sejam de fato consumados. Além da Declaração Universal dos direitos do Homem, outros documentos internacionais e nacionais merecem destaque pelo que contêm especificamente as recomendações no que se refere à atenção às pessoas portadoras de deficiências, no âmbito das diversas políticas públicas.

Muito se tem falado sobre direitos humanos de presidiários, índios, crianças, idosos, mulheres, homossexuais, etc. Há muito tempo já eram dispostas declarações que davam um maior valor as pessoas em geral.

Em 1948, precisamente em 10 de dezembro a ONU - Organização das Nações Unidas proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Diz seu artigo 1º:

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e, dotados que são de razão e consciência, devem comportar-se fraternalmente uns com os outros"; e em seu artigo 3º: "Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança da sua pessoa.

A mesma Organização das Nações Unidas proclamou em 09 de dezembro de 1975 a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes que diz em seu artigo 3º:

As pessoas deficientes têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. As pessoas deficientes qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar uma vida decente, tão normal e plena quanto possível.

E em seu artigo 8º: "As pessoas deficientes têm o direito de ter suas necessidades especiais levadas em consideração em todos os estágios de planejamento econômico e social". Ainda a ONU, em 03 de dezembro de 1982 elaborou o Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência que diz em seu parágrafo 12:

A igualdade de oportunidades é o processo mediante o qual o sistema geral da sociedade - o meio físico e cultural, a habitação, o transporte, os serviços sociais e de saúde, as oportunidades de educação e de trabalho, a vida cultural e social, inclusive as instalações esportivas e de lazer - torna-se acessível a todos.

Em 2006, as Nações Unidas adotaram uma nova lei: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O referido documento afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos que as outras pessoas. Diz ainda que todas as pessoas com deficiência são iguais perante a lei, isto vale também para mulheres e meninas e crianças com deficiência.

A Lei nº 7.853, de 24 de Outubro de 1989, dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

Artigo 1º; parágrafo: 2º - As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.

Em seu artigo “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”, Mantoan (2008, p. 76) diz:

A inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade. Se isso não ocorrer, essas pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã pela metade. Você não pode ter um lugar no mundo sem considerar o do outro, valorizando o que ele é e o que ele pode ser.

Herculano (2002, p. 67) expõe claramente a idéia de preconceito dos dias atuais em “Onde você guarda o seu preconceito?”:

Com causas históricas e culturais, o preconceito nunca se extingue. Em algumas situações pode até se atenuar, como no caso do racismo, do machismo e da homofobia, hoje considerados retrógrados, inaceitáveis em muitos ambientes. Mas, enraizado, o preconceito se desdobra, ganhando novas formas, de acordo com os valores vigentes na sociedade. Na era do consumo e das vaidades, se insurge contra os pobres e contra aqueles que não se enquadram em padrões estéticos cada dia mais estreitos... E por aí prossegue, formando um rosário de intolerância e rejeição.

A Lei de Diretrizes e Bases (1996), documento norteador da educação o Brasil, refere-se que o aluno com necessidade especiais deverá ser "preferencialmente" incluído no sistema regular de ensino, mas também haverá quando necessários serviços de apoio especializado na escola regular para atender as peculiaridades e que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que em função das condições específicas do aluno não for possível sua integração nas classes comuns do ensino regular.

Com a Resolução N°2/2001 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, houve um avanço na perspectiva da universalização e atenção à diversidade, na educação brasileira, com a seguinte recomendação: os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos. No entanto, a realidade desse processo inclusivo é bem diferente do que se propõe na legislação e requer muitas discussões relativas ao tema.

3.2. INCLUSÃO ESCOLAR NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A partir de meados do século XX, com a intensificação dos movimentos sociais de luta contra todas as formas de discriminação que impedem o exercício da cidadania das pessoas com deficiência, emerge, em nível mundial, a defesa de uma sociedade inclusiva. No decorrer desse período histórico, fortalecem-se a crítica às práticas de categorização e segregação de alunos encaminhados para ambientes especiais, que conduzem, também, ao questionamento dos modelos homogeneizadores de ensino e de aprendizagem, geradores de exclusão nos espaços escolares.

Na busca de enfrentar esse desafio e construir projetos capazes de superar os processos históricos de exclusão, a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien (1990), chama a atenção dos países para os altos índices de crianças, adolescentes e jovens sem escolarização, tendo como objetivo promover as transformações nos sistemas de ensino para assegurar o acesso e a permanência de todos na escola.

No paradigma da inclusão, ao afirmar que todos se beneficiam quando as escolas promovem respostas às diferenças individuais dos alunos, são impulsionados os projetos de mudanças nas políticas públicas. A partir dos diversos movimentos que buscam repensar o espaço escolar, e da identificação das diferentes formas de exclusão, geracional, territorial, étnico racial, de gênero, dentre outras, a proposta de inclusão escolar começa a ser gestada.

Tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9394, (1996) quanto a Resolução 02 do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica (CNE/CEB, 2001) denotam ambiguidade quanto à organização da Educação Especial e da escola comum no contexto inclusivo. Ao mesmo tempo em que orientam a matrícula dos alunos público alvo da educação especial nas escolas comuns da rede regular de ensino, mantém a possibilidade do atendimento educacional especializado substitutivo à escolarização.

A Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência outorgada pela ONU em 2006 foi ratificado pelo Brasil como emenda constitucional, por meio do Decreto Legislativo nº 6949/2009, sistematiza estudos e debates mundiais realizados ao longo da última década do século XX e nos primeiros anos deste

século, criando uma conjuntura favorável à definição de políticas públicas fundamentadas no paradigma da inclusão social.

Para que a inclusão seja uma realidade, será necessário rever uma série de barreiras, além da política e práticas pedagógicas e dos processos de avaliação. É necessário conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem, levando em conta como se dá este processo para cada aluno. Deve-se utilizar novas tecnologias e investir em capacitação, atualização, sensibilização, envolvendo toda comunidade escolar. Focar na formação profissional do professor, que é relevante para aprofundar as discussões teóricas práticas, proporcionando subsídios com vistas à melhoria do processo ensino aprendizagem. Assessorar o professor para resolução de problemas no cotidiano na sala de aula, criando alternativas que possam beneficiar todos os alunos. Utilizar currículos e metodologias flexíveis, levando em conta a particularidade de cada aluno, respeitando seus interesses, suas idéias e desafios para novas situações. Investir na proposta de diversificação de conteúdos e práticas que possam melhorar as relações entre professor e alunos. Avaliar de forma continuada e permanente, dando ênfase na qualidade do conhecimento e não na quantidade, oportunizando a criatividade, a cooperação e a participação.

Portanto, as mudanças são fundamentais para inclusão, mas exige esforço de todos possibilitando que a escola possa ser vista como um ambiente de construção de conhecimento, deixando de existir a discriminação de idade e capacidade. Para isso, a educação deverá ter um caráter amplo e complexo, favorecendo a construção ao longo da vida, e todo aluno, independente das dificuldades, poderá beneficiar-se dos programas educacionais, desde que sejam dadas as oportunidades adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades. Isso exige do professor uma mudança de postura além da redefinição de papéis que possa assim favorecer o processo de inclusão.

3.3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

De acordo com a Lei nº. 9.795 da Política Nacional de Educação Ambiental entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e

competências voltadas para a conservação do meio ambiente, um bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. É um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

I – ao poder público, promover a educação em todos os níveis de ensino;

II – às instituições educativas promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais;

III – aos órgãos integrantes do SISNAMA, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

IV – aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente;

V – às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;

VI – à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais (PNEA, 1999).

A educação ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida, baseados em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião ou classe, além de ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos (TEA, 1992).

Assim percebendo-se a necessidade de mudança no comportamento humano, a Educação Ambiental aparece como forma de conscientização eficaz e favorável, capaz de incentivar as pessoas a trabalharem unidas e de maneira justa com os conflitos existentes.

No contexto da Rio-92, a educação ambiental tornou-se tema em evidência graças a intervenções de educadores ambientais do mundo inteiro e passou por diversas etapas.

O primeiro momento a ser registrado é o da articulação das ONG's e Movimentos Sociais para o Fórum Global, paralelo à 2ª Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não-formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.

A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com a consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações. Como cita Nelton Friedrich, diretor de coordenação da Itaipu, em Tratado de Educação Ambiental, 1992:

Educação Ambiental é um processo permanente e continuado que requer informação, sensibilização, formação, capacitação e mobilização. O termo EA nos remete à aprendizagem ligada a processos de proteção, conservação, recuperação e monitoramento socioambiental, uma vez que a sustentabilidade só é possível com o cuidado do meio ambiente acompanhado de justiça social.

Para o Ministério do Turismo (2008, p. 29), educação ambiental é entendida como: “o processo pelo qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente”.

É considerado um processo de aprendizagem contínuo baseado na responsabilidade e respeito a todas as formas de vida, que estimula a formação de sociedades justas e ecologicamente equilibradas, com inter-relações (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

3.4. COLETA SELETIVA

A problemática do lixo vem sendo agravada, de maneira acentuada, pelo crescimento demográfico, especialmente nos centros urbanos, resultantes do êxodo rural e da falta de um planejamento familiar.

A produção de objetos de consumo em larga escala e a introdução de novas embalagens no mercado vem aumentando assustadoramente desde a Revolução Industrial. Conseqüentemente, o volume e a diversidade de resíduos gerados

sofreram considerável acréscimo, surgindo assim, a era dos descartáveis. O reaproveitamento do lixo passou a ser uma preocupação mundial, pois representa economia de matéria-prima e de energia fornecidas pela natureza (FELIX, 2007 p. 58).

Segundo o guia pedagógico do lixo, a coleta seletiva é um sistema de recolhimento de materiais recicláveis: papéis, plásticos, vidros, metais e orgânicos, previamente separados na fonte geradora e que podem ser reutilizados ou reciclados. A coleta seletiva funciona, também, como um processo de educação ambiental na medida em que sensibiliza a comunidade sobre os problemas do desperdício de recursos naturais e da poluição causada pelo lixo.

As primeiras experiências municipais de coleta seletiva de lixo surgiram no final da década de 80 e início dos anos 90. Angra dos Reis, Diadema, Belo Horizonte e Campinas são alguns dos municípios pioneiros. Coleta seletiva de lixo deve fazer parte do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do Município, articulando-se, de maneira integrada, com as demais técnicas a serem adotadas para o tratamento e destinação do lixo. É importante salientar que, qualquer que seja o método eleito para tratamento do lixo: compostagem, incineração, reciclagem, ou combinação destes, sempre haverá uma parcela maior ou menor de rejeitos, não sendo eliminada, em nenhuma das hipóteses, a necessidade de instalação de aterro sanitário. O aterro sanitário é a forma de destinação final dos resíduos sólidos que contempla os requisitos de proteção ambiental, como impermeabilização, coleta e tratamento do chorume, coleta e queima dos gases, cobertura periódica do lixo com terra ou material inerte. Sem estas providências, o lixo se torna foco de doenças, insetos e roedores, além de causar poluição do ar e das águas subterrâneas, (GALBIATI, 2011, p. 4).

Gonçalves (2003, p.34 *apud* GALBIATI, 2011, p. 6), classifica em três etapas os processos da cadeia produtiva da reciclagem: recuperação, que engloba os processos de separação do resíduo na fonte, coleta seletiva, prensagem, enfardamento; revalorização, que compreende os processos de beneficiamento dos materiais, como a moagem e a extrusão e, por fim, a transformação; que é a reciclagem propriamente dita, transformando os materiais recuperados e revalorizados em um novo produto. O ciclo da reciclagem seria otimizado com a concentração de todas estas etapas numa mesma região, evitando-se o transporte do material a longas distâncias para ser processado industrialmente, o que pode ser

conseguido com a instalação de pólos de reciclagem. O autor ainda cita que o sucesso de um programa de coleta seletiva, visando a reciclagem, depende do envolvimento da população, através de um bom programa de comunicação e educação ambiental; uma boa logística de coleta; e um bom sistema de escoamento dos materiais. A coleta seletiva deve ser planejada considerando esses três elos, sendo que o planejamento deve ser feito “de trás para frente”, primeiro definindo a destinação a ser dada aos materiais, depois escolhendo a logística a ser adotada para a coleta e, só então, elaborando o programa de educação ambiental, que deve ser constante, e não apenas uma campanha. É aconselhável começar com um projeto piloto em um bairro, expandindo, aos poucos, para toda a cidade.

4. METODOLOGIA

4.1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

4.1.1. Histórico e Análise Situacional do Município de Medianeira

A colonização do município de Medianeira situado na região Oeste do Estado do Paraná ocorreu no início da década de cinquenta, segundo IBGE (2010).

Pela Lei n.º 99 de 31 de julho de 1952, foi criado o distrito. Em 25 de julho de 1960, através da Lei n.º 4.245, foi criado o município de Medianeira, com território desmembrado de Foz do Iguaçu. A instalação ocorreu a 28 de novembro de 1961.

O município de Medianeira está situado a 580 km de Curitiba, possuindo uma área territorial de 314,632 km². A população estimada segundo IBGE (2009) é de 39.857 habitantes.

Limita-se ao norte com Missal, a sul com Serranópolis do Iguaçu, a leste com Matelândia e a oeste com São Miguel do Iguaçu, conforme mostra a figura 01. O solo é formado por terra roxa estruturada. Medianeira é cortada pela rodovia BR 277, principal fonte de acesso aos outros municípios do estado (CALENDÁRIO, 2007).



Figura 1 - Mapa de Medianeira e seus municípios vizinhos.
Fonte: IPARDES (2010)

4.1.2. Histórico da Instituição de Ensino - AMOA

A AMOA está situada à rua Santa Catarina, 2515, no centro do município de Medianeira, no Oeste do Paraná, foi criada em vinte e um de novembro de dois mil e cinco e foi reconhecida como utilidade pública municipal pelo decreto nº 8/2006, iniciando suas atividades em quinze de março de dois mil e seis, com setenta e seis atendimentos na área de Terapia da Linguagem, Psicopedagogia, Fisioterapia, Oficinas de Literatura e Escrita.

No início o centro propunha-se atender uma demanda de aproximadamente cento e vinte alunos, hoje atende cerca de duzentos e cinquenta alunos com programas de apoio especializado à nível técnico-pedagógico, podendo este, ser individualizado ou em grupos de até dez alunos, conforme a especificidade e necessidade do educando compreendendo os períodos matutino e vespertino.

Foi criado para atender a uma parcela da comunidade que apresenta dificuldades de aprendizagens, decorrentes ou não de causas orgânicas, e que estão matriculadas no ensino regular (Educação Infantil, Ensino Fundamental ou Classes Especiais), da rede pública ou privada, porém necessitam de atendimento técnico-pedagógico, para que possam desenvolver-se junto ao seu grupo escolar e atingir os objetivos propostos de participação ativa no meio que estão inseridos.

Os objetivos do centro baseiam-se, segundo Projeto Político Pedagógico (2007):

- ✓ Atender os alunos que apresentam dificuldades e ou distúrbios de aprendizagens decorrentes ou não de causas orgânicas, matriculados no ensino regular da rede pública e privada;
- ✓ Priorizar princípios delineando um padrão metodológico favorável a mobilização de interesses e participação no processo de ensino-aprendizagem, de forma a enfatizar processos de conhecimentos e desenvolver sentimentos de segurança e auto-estima nos alunos;
- ✓ Garantir os recursos técnico-pedagógicos necessários para o desenvolvimento do aluno, criando, inovando ou adaptando material de acordo com a necessidade de cada um;
- ✓ Conhecer os alunos em suas semelhanças e especificidade, para organizar formas de trabalho que possam atendê-los individualmente e em pequenos grupos e no conjunto do grupo-classe;
- ✓ Desenvolver programas de atendimentos, baseados nos atendimentos técnico-pedagógicos que possibilitem o desenvolvimento e participação efetiva dos alunos no seu grupo escolar;
- ✓ Ofertar os atendimentos gratuitamente sem qualquer discriminação, desde que estejam enquadrados nos atendimentos e clientela previsto no Projeto Político Pedagógico;
- ✓ Efetivar a ação educacional valorizando a ética, a formação de atitudes, a solidariedade e o sentido de liberdade com responsabilidade.

4.2. REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Os métodos de pesquisa foram baseados em Martins, (2005, p. 41) e Felix, (2007, p. 60) utilizando-se, para a elaboração deste trabalho, três modalidades: o método descritivo, o método comparativo e o método quantitativo, na perspectiva de se abranger a generalização, através do quantitativo, e a profundidade, através do qualitativo.

O trabalho foi desenvolvido na Associação Medianeirense de Otimização da Aprendizagem, localizada no município de Medianeira/PR, em 2010 e 2011.

Ao final do mês de dezembro de 2010 teve início a realização e implementação do projeto com a realização de uma palestra com cerca de 15 alunos. A palestra teve como objetivo focar a coleta seletiva na escola, colocando o problema relacionado à disposição irregular do lixo e levando aos alunos possíveis soluções, colocando a eles princípios básicos de separação adequada dos resíduos sólidos.

Já no início do mês de julho de 2011, com o auxílio de um adulto foi feita uma pesquisa por meio de um questionário respondido por 17 alunos, tal questionário era composto por questões relacionadas à coleta seletiva, resíduos sólidos e sobre as principais dúvidas dos alunos relacionadas ao tema. O principal objetivo foi avaliar a percepção ambiental dos alunos referente aos conceitos de resíduos sólidos e coleta seletiva e às possíveis formas de melhoria na disposição final deste material na própria escola.

As respostas obtidas com os questionários aplicados foram analisadas com o auxílio da ferramenta Excel e, com base nos resultados obtidos deu-se início à segunda etapa do trabalho, ou seja, a confecção do trabalho escrito.

4.3. PALESTRAS

Anteriormente à pesquisa com os alunos foram realizadas palestras com alguns alunos da instituição para posteriormente ser feito o levantamento dos dados da pesquisa realizada com os alunos, ministrou-se palestra em uma sala de aula da mesma nos turnos matutino e vespertino conforme podemos ver nas Figuras 2 e 3.



Figura 2 - Ministrando a Palestra.
Fonte: Karine Silva (2010).



Figura 3 - Reta Final da Palestra.
Fonte: Karine Silva (2010).

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1. PESQUISA E LEVANTAMENTO DE DADOS

5.1.1. Gênero

Os alunos entrevistados eram em grande maioria do sexo masculino totalizando 53% dos mesmos, conforme Figura 4 a seguir:

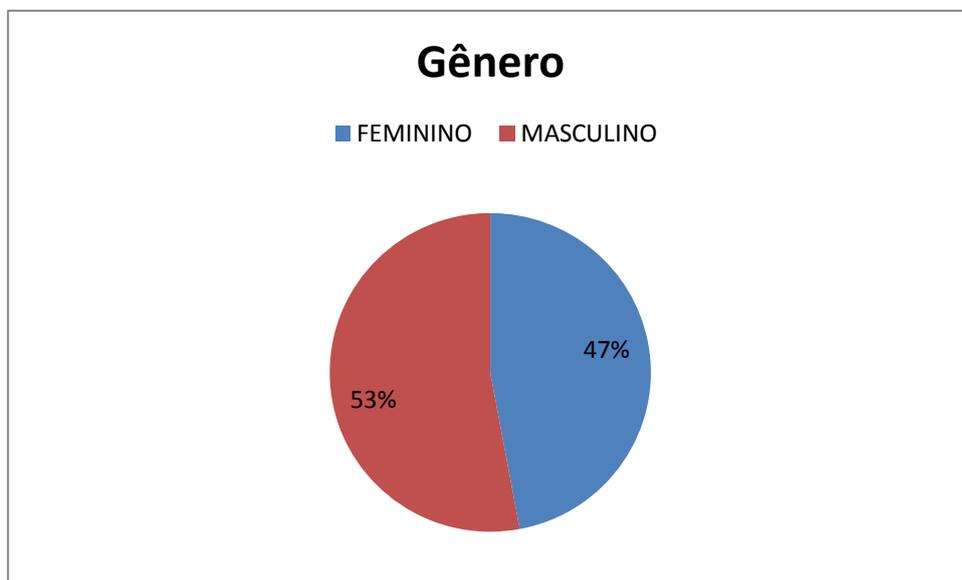


Figura 4 - Amostra gênero de todos os alunos entrevistados.

Na Tabela 1 estão dispostos os valores da estatística descritiva: média, mediana, mínimo e máximo, tendo como base a idade dos alunos entrevistados.

Amostras	17
Média	13,58
Mediana	13
Mínimo	11
Máximo	20

Tabela 1 - Estatística Descritiva.

A mesma nos mostra que entre as 17 amostras, a média de idade é de 13,58 anos; a mediana é 13 anos, o mínimo é de 11 anos e o máximo de 20 anos.

5.1.2. Idade

As idades dos alunos foram dispostas em ordem crescente em conformidade com a série em que o aluno estudava, sendo disposto no Figura 5.

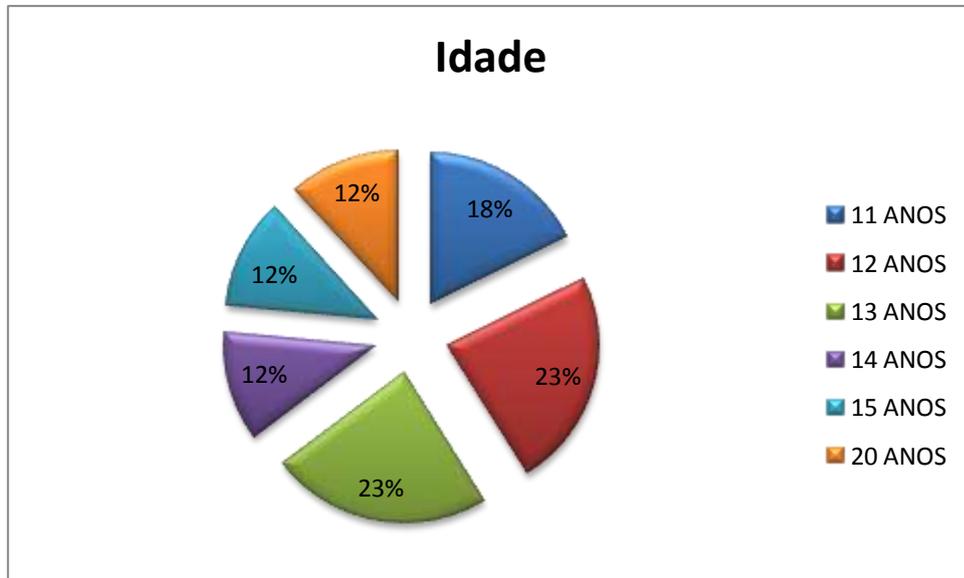


Figura 5 - Amostral de idade de todos os alunos.

Na figura acima podemos observar que 3 alunos tem 11 anos, representando 18%, 4 alunos possuem 12 e 13 anos, representando um total de 23% cada, e 12% é representado por alunos que possuem idades de 14, 15 e 20 anos, ou seja, dois alunos de cada.

5.1.3. Série

As séries dos alunos foram bem variáveis, como mostra o Figura 6 a seguir.

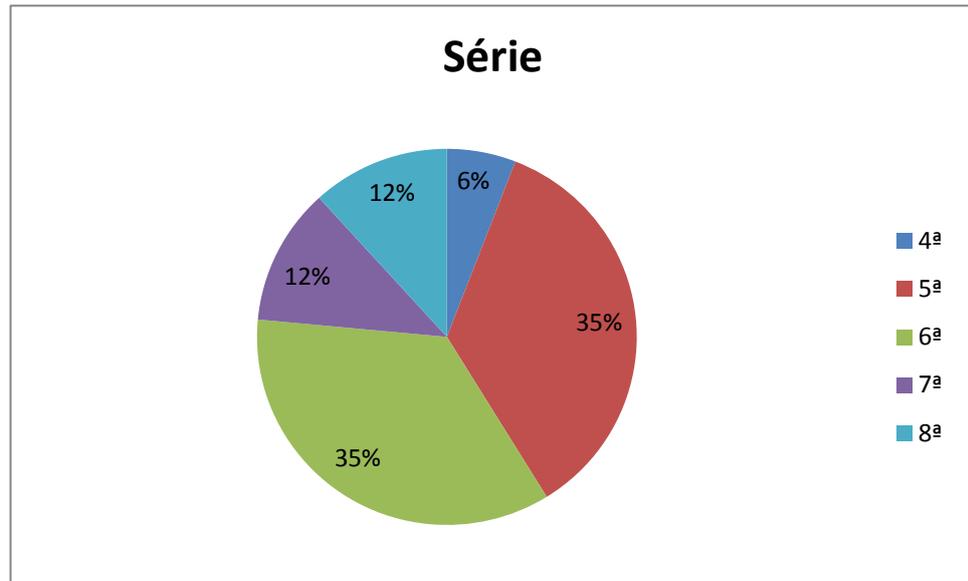


Figura 6 - Séries dos alunos entrevistados.

Quanto à série dos alunos, verificou-se que 1 aluno estava matriculado na 4ª série, representando 6 %, 35% dos alunos, ou seja, 6 alunos estavam matriculados na 5ª e 6ª série respectivamente e 2 alunos estavam matriculados na 7ª e 8ª séries cada um, o que equivale a 12%.

5.1.4. Interesse pelas Questões Ambientais

Seguindo as pesquisas perguntou-se aos alunos se estes possuíam interesse pelas questões ambientais e estes responderam conforme Figura 7 que:

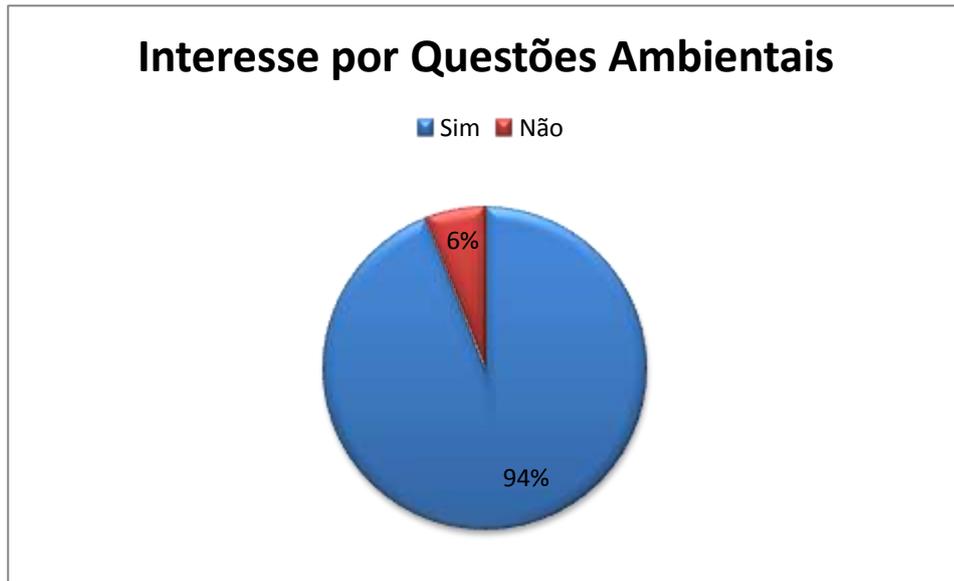


Figura 7 - Interesse pelas questões ambientais.

Nota-se que dentre os que responderam a grande maioria totalizando 94 %, ou seja, 16 alunos possuem interesse pelas questões ambientais e 6 %, ou seja, 1 aluno respondeu não possuir interesse algum pelas questões ambientais da atualidade.

5.1.5. Realiza a Coleta Seletiva

Outra questão levantada no questionário era se os alunos realizavam a coleta seletiva em suas residências e na escola e conforme o Figura 8 nota-se que:

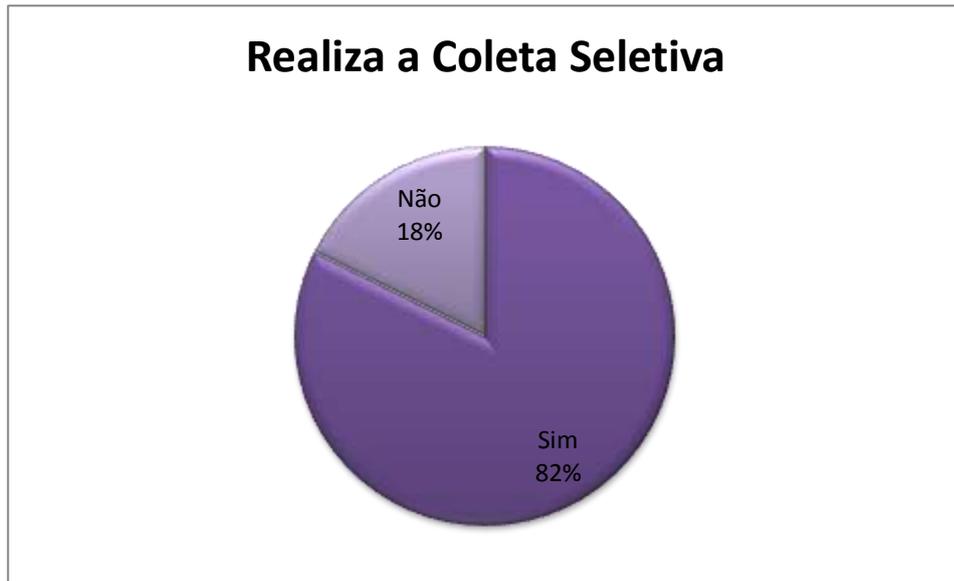


Figura 8 - Realiza a coleta seletiva.

Nesta questão os alunos foram mais evasivos, já que a questão seguinte pedia para que descrevessem o modo pelo qual essa coleta era realizada, colocando apenas que sim, 82 %, sendo 14 alunos e 18 % responderam que não, ou seja, 3 alunos.

5.1.6. Significado de Resíduos Sólidos e Coleta Seletiva

Em outra questão perguntou-se aos alunos se estes sabiam o que significava resíduos sólidos e coleta seletiva e os mesmos responderam conforme mostra o Figura 9.



Figura 9 - Significado de Resíduos Sólidos e Coleta Seletiva

Nesta questão 12 %, 2 alunos responderam não saber o significado, e 88 %, 15 alunos responderam saber o significado. As respostas dos que responderam “Sim” ter conhecimento do significado de resíduos sólidos foram bem diversificadas conforme lista a seguir:

- São cascas de frutas e resto de comida;
- Adubo;
- As embalagens, papeis, plásticos, pilhas;
- Tudo o que é lixo;
- Aquilo que é sólido;
- Resíduos que demoram a se decompor e ou os fácil de se decompor;
- Restos de coisas ou tudo o que você não ocupa;
- Lixo reciclável,
- São os orgânicos, lixos que não podem ser reaproveitados;

Aos alunos havia sido explicado em etapa anterior, em forma de palestra o que realmente significava, onde segundo a NBR 10004 “Resíduos Sólidos” são os restos das atividades humanas, consideradas pelos geradores como inúteis, indesejáveis ou descartáveis. Apresentam-se geralmente sob estado sólido, semi-sólido ou semi-líquido. Existem várias formas possíveis de se classificar os resíduos sólidos:

- a) Por sua natureza física: seco e molhado;

b) Por sua composição química: matéria orgânica e matéria inorgânica;

c) Pelos riscos potenciais ao meio ambiente: perigosos, não inertes e inertes.

Onde resultam de atividades:

- Industrial;
- Comercial;
- Doméstica;
- Agrícola;
- Hospitalar;
- Varrição pública.

E dentre aqueles que responderam o significado de coleta seletiva falaram que coleta seletiva é:

“Quando joga o lixo em cada lixo”;

“Separação do lixo, e de todos os resíduos”;

“Tudo o que pode retransformar; reaproveitar”;

“O lixeiro vem e recolhe”;

“Coleta do lixo em casa, pelas ruas e lixos públicos”;

“Separação adequada do lixo”;

“Orgânico do reciclável”;

5.1.7. Conhecimento das Cores Adequadas a Separação de Cada Tipo de Resíduo

Outra questão levantada foi se os alunos obtinham conhecimento das cores adequadas a separação de cada tipo de resíduo e as respostas obtidas foram bem explicadas por eles como podemos notar no Figura 10.



Figura 10 - Tem conhecimento das cores adequadas a cada tipo de resíduo

Nessa questão os alunos responderam que 35%, 6 alunos responderam que sim e 65%, 11 alunos responderam que não.

Aos alunos já havia sido explicado a separação adequada conforme sua cor sendo usada a Resolução CONAMA nº 275, de 25 de abril 2001 onde a mesma estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva conforme pode-se ver na Tabela 2.

Azul:	Papel/papelão
Vermelho:	Plástico
Verde:	Vidro
Amarelo:	Metal
Preto:	Madeira
Laranja:	Resíduos perigosos
Branco:	Resíduos de serviços de saúde
Roxo:	Resíduos radioativos
Marrom:	Resíduos orgânicos
Cinza:	Resíduo não reciclável, contaminado.

Tabela 2 - Padrão de cores

5.1.8. Que medidas a seu ver devem ser tomadas em relação à coleta seletiva aqui na escola, na sua casa e no seu município

Obteve-se como resposta:

“Mais latões, coletores e mais palestras”;

“Mais campanhas”;

“Não jogar lixo no chão e sim no lixo”;

“Separação de cada tipo de resíduo”;

“Sempre fazer a coleta seletiva para o bem do município, mais respeito pela cidade”.

As demais respostas eram repetitivas estando em conformidade com o primeiro e segundo item.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos a não aprendizagem na escola é uma das causas do fracasso escolar e podemos considerar este, como uma resposta insuficiente do aluno em relação à demanda da escola.

Partindo do pressuposto de que a escola é o espaço intencionalmente organizado para que as pessoas façam suas aprendizagens, tornar realidade o acesso e a permanência do aluno com sucesso, no sistema de ensino. O sistema de ensino como tudo, não está preparado para trabalhar com as diferenças, utilizando-se, muitas vezes, de procedimentos arbitrários que acabam por promover a exclusão do aluno do processo educativo, ao tratar as necessidades individuais da aprendizagem, que fogem ao padrão estabelecido.

Devemos considerar que as dificuldades apresentadas pelo aluno, passam muitas vezes, não só pela escola, mas, pela sociedade e pela família, pois o aluno reflete sempre a sociedade em que está inserida.

Dos 399 municípios paranaenses, 367 deles apresentam algum tipo de atendimento em Educação especial, atendendo cerca de 58.730 alunos (Projeto Político Pedagógico – AMOA, 2007).

É inegável que fatores biológicos, sócio-econômicos, culturais, familiares entre outros, interferem de forma significativa no processo de aprendizagem do aluno, entretanto é necessário que a escola analise as diferentes causas de seu sucesso e busque formas adequadas de intervenção, contribuindo para redução dos altos índices de fracasso escolar.

A família é uma unidade básica de desenvolvimento e experiência, realização e fracasso, saúde e enfermidade é o primeiro grupo a que pertence o indivíduo e onde ele tem a oportunidade de aprender através de experiências positivas e negativas, fatores de grande importância para formação de sua personalidade. O sistema de relações da família é que deve possibilitar o desenvolvimento de cada um dos membros dessa família.

Segundo a pesquisa realizada o sistema de coleta seletiva é uma realidade quase inatingível para a maioria das instituições de ensino e quando existente não encontra-se em conformidade pois, não apresenta efeitos significativos na escola. Espera-se que com o trabalho realizado possa trazer melhorias contínuas no ambiente escolar proporcionando saúde e bem estar aos alunos da mesma.

Através dos resultados entende-se que é necessário um maior envolvimento e interação entre ambientalistas e a comunidade em geral com objetivo de se criar laços entre as partes interessadas proporcionando-lhes um maior entendimento dos problemas a serem resolvidos no município através de um trabalho de sensibilização, conscientização, e mobilização em torno dos problemas ambientais locais.

Por meio dos estudos desenvolvidos verificou-se que a acessibilidade está longe de ser uma realidade no Brasil. Entretanto, a legislação sobre os direitos das pessoas com deficiência avançou de forma significativa na última década, principalmente nos últimos anos, e os esforços do poder público e da sociedade para garantir a efetivação de tais direitos têm sido constantes.

Todos devem estar envolvidos na implementação da acessibilidade para que o atendimento adequado às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida não seja apenas parcial. Deve-se ter em mente que os esforços para implementar a acessibilidade não podem se esgotar no entendimento próprio, partindo do pressuposto de que não se deve ter medo ou um pré-conceito, mas sim respeito pelas pessoas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10004:2004** Resíduos sólidos – Classificação. Disponível em: <<http://www.aslaa.com.br/legislacoes/NBR%20n%2010004-2004.pdf>> . Acesso em: 2 de abril de 2011 às 20:45:17.

CHEIDA L. Eduardo. Funverde - Fundação Verde. **Uma nova ética um novo homem**. Disponível em: <http://www.funverde.org.br/blog/archives/3721>. Acesso em: 21 de abril de 2011 às 17:13:09.

CONAMA. Resolução nº 401 de 2008. **Gestão de resíduos e Produtos Perigosos**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=589>>. Acesso em: 27 de setembro de 2011 às 10:35:43.

BRASIL. Constituição (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 19 de abril de 2011 às 15:49:18.

CUNHA VALERIANA, FILHO CAIXETA. Gestão e Produção. **Gerenciamento da coleta de resíduos sólidos urbanos: estruturação e aplicação de modelo não-linear de programação por metas**. v.9 p. 145. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v9n2/a04v09n2.pdf>>. Acesso em: 22 de outubro de 2011 às 14:27:06.

FELIX ROZELI A. ZANON. **Coleta seletiva em ambiente escolar**. p. 56;61. Universidade Federal do Rio Grande. v.18, 2007. Disponível em: <<http://www.remea.furg.br/edicoes/vol18/art42v18a6.pdf>>. Acesso em: 25 de agosto de 2011 às 16:32:15.

GALBIATI A. FARINA. **O Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e a Reciclagem**. Disponível em: <<http://www.amda.org.br/objeto/arquivos/97.pdf>>. Acesso em: 23 de julho de 2011 às 09:35:02.

HENRIQUE RATTNER. **Material didático desenvolvimento sustentável: Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: o mundo na encruzilhada da História**. Brasília 2004. Disponível em: <http://www.projetomafc.org/bibliografia/pdf/Material_Didatico_-_Desenvolvimento_Sustentavel.pdf>. Acesso em: 21 de agosto de 2011 às 12:43:37.

INFORMATIVO AMOA - Associação Medianeirense de Otimização de Aprendizagem. Novembro. 2009.

JACOBI P. ROBERTO. **Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo.** p. 192 Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a07v31n2.pdf>>. Acesso em: 25 de outubro de 2011 às 09:43:29.

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. **Política Nacional do Meio Ambiente.** Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/emergencias/wp-content/files/LEI%20N%C2%BA%206938-81.pdf>>. Acesso em: 2 de maio de 2011 às 11:47:39.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 2 de setembro de 2011 às 19:35:41.

LEI N 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999. Disponível em: <http://www.embasa.ba.gov.br/novo/Legislacao/Legislacoes/pdf/Lei9795_99.pdf>. Acesso em: 2 de outubro de 2011 às 21:40:08.

MARTINS C. H. BACKX. **Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva de empoderamento.** Porto Alegre. 2005. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/teses/teses_fee_05.pdf>. Acesso em: 29 de março de 2011 às 15:39:46.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB 2008.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/default.shtm>>. Acesso em: 22 de outubro de 2011 às 15:32:41.

MANTOAM, Maria Tereza Eglér e colaboradores, **Integração de Pessoas com Deficiência**, editora Memnon, edições científicas Ltda, 1997.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - **Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais** - Brasília, corde, 1997.

PNEA - POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Educação Ambiental.** Lei Nº 9.795, 27 de Abril de 1999.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. AMOA - Associação Medianeirense de Otimização de Aprendizagem, 2007

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). Disponível em: <<http://omeioambiente.wordpress.com/o-estado-do-meio-ambiente-do-planeta/>>. Acesso em: 19 de abril de 2011 às 18:37:38.

SANTOS UÉLTON. **Meio ambiente equilibrado e sadio – um direito fundamental**. Disponível em: <<http://www.datavenia.net/artigos/meioambienteequilibradoesadio.html>>. Acesso em: 2 junho de 2011 às 11:27:35.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Salto para o Futuro: Educação Especial: tendências atuais**. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE. **Guia Pedagógico do Lixo**. 2 ed. São Paulo. Disponível em: <<http://www.lixo.com.br/documentos/coleta%20seletiva%20como%20fazer.pdf>>. Acesso em: 25 de março de 2011.

TEA - TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Tratado das ONGs, Fórum Internacional de Ongs e Movimentos Sociais. Fórum global – ECO -92**. Rio De Janeiro. 05 de junho de 1992.

APÊNDICE

APÊNDICE I – FICHA DE PESQUISA.

1. Qual sua série, turma e turno que estuda?.....
2. Idade:.....
3. Gênero: Feminino () Masculino ()
4. Você possui interesse pelas questões ambientais?
Sim () Não ()
5. Sabe o que significa “Resíduos Sólidos” e “Coleta Seletiva”?
Sim () Não ()
6. Em caso de SIM, o que significa?
 - a) Resíduos Sólidos:.....
 - b) Coleta seletiva:.....
7. Realiza a coleta seletiva em sua residência, e aqui na escola?
Sim () Não ()
8. Se sua resposta for sim, como ela é feita?.....
9. Tem conhecimento das cores adequadas a separação de cada tipo de resíduo?.....
10. Que medidas a seu ver devem ser tomadas em relação à coleta seletiva aqui na escola? E na sua casa? E no seu município?
.....
.....
.....
11. Quais suas principais dúvidas a respeito de coleta seletiva?
.....
.....
.....
.....